

## **As TICs e a Comunicação Comunitária: Uma Análise do Uso das Tecnologias Para a Comunicação Como Direto do Cidadão<sup>1</sup>**

Michelly Xavier da COSTA<sup>2</sup>

Adriana Prest MATTEDI<sup>3</sup>

Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, MG

### **Resumo**

A comunicação comunitária é realizada pelo povo, para o povo e tem como objetivo a educação, cultura e valorização da cidadania. Apenas com a difusão da informação é possível que uma comunidade conheça seus direitos e, assim, busque uma nova realidade. Paralelamente, observa-se, atualmente, a proliferação de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Nesse cenário, este artigo analisa como as TICs são utilizadas na comunicação comunitária. Por meio de pesquisa bibliográfica foram analisados os principais meios utilizados, além das dificuldades e oportunidades oferecidas por cada um. A principal conclusão é que, apesar das oportunidades que as TICs podem proporcionar, o seu uso, por si só, não garante o desenvolvimento e sua aplicação está longe de ser ideal para a comunicação comunitária.

**Palavras-chave:** comunicação comunitária; TICs; cidadania; tecnologias.

### **Introdução**

As iniciativas de comunicação comunitária sempre utilizaram as TICs para conseguir atingir seus propósitos de incentivarem a educação, a cultura e o senso de cidadania, buscando melhorar a realidade da comunidade onde estão inseridas. Com as mudanças tecnológicas, as mídias comunitárias passam a ter à disposição novas ferramentas para atingirem seu público alvo.

Nesse cenário, este trabalho procura trazer uma análise sobre como as TICs são utilizadas pela comunicação comunitária para a transformação da realidade e das condições de vida da população local. Para tanto, é realizada uma análise, por meio de pesquisa bibliográfica, das tecnologias utilizadas pelas iniciativas comunitárias, com seus prós e contras, com o objetivo de depois discutir como essas tecnologias podem

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Unifei, email: michellyxavier@hotmail.com.br

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Unifei, email: amattedi@unifei.edu.br

---

proporcionar a valorização da cidadania e o empoderamento das comunidades, sendo considerados os usos dados às velhas TICs e das novas TICs<sup>4</sup> nesse processo.

Pensar sobre as possibilidades proporcionadas pelas tecnologias se faz necessário, uma vez que compreender a utilização das TICs é importante para que a comunicação comunitária seja realizada com embasamento e, assim, atinja os objetivos a que se propõe. Essa análise é importante principalmente nesse momento, em que as tecnologias *mobile* estão cada dia mais presente na vida da população.

Sendo assim, compreender qual o papel de cada TIC e como elas podem ser utilizadas é um instrumento para que as iniciativas de comunicação comunitária acompanhem a evolução dos meios e compreendam as possibilidades oferecidas por cada um deles.

### **Aspectos conceituais**

Foi nos anos de 1970 e 1980 que os movimentos sociais brasileiros e da América Latina começaram a utilizar os meios de comunicação como instrumentos alternativos para difundir informações pertinentes as suas causas e buscar mudanças nas realidades de suas comunidades (PERUZZO, 2006). Diferentemente da mídia tradicional, na comunicação comunitária, o povo é o foco, seja ele produtor ou destinatário da informação, e o seu objetivo é fazer com que a comunidade tenha acesso a conteúdos que incentivem a educação, a cultura e o senso de cidadania, provocando uma participação mais ativa das pessoas na vida da comunidade. Para tal, ela não tem fins lucrativos e tem propriedade coletiva (PERUZZO, 2006).

Para Deliberador e Vieira (2005), a comunicação comunitária, independente do nível social e econômico e do território de uma comunidade, deve ser um canal de expressão para que os indivíduos possam manifestar interesses e necessidades comuns.

Deliberador e Vieira (2005, p.8) ainda ressaltam que a comunicação comunitária

deve ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local. Por isso, sua característica principal é facilitar/estimular a participação ativa desses indivíduos enquanto produtores e receptores das informações.

A falta de informações influencia na passividade das pessoas em relação à realidade da comunidade. O acesso, não apenas à recepção da informação, mas também a sua produção e emissão de conteúdo, coloca o cidadão como protagonista e agente de

---

<sup>4</sup> Divisão utilizada pela United Nations Development Programme (2001) para dividir as tecnologias de informação e comunicação em duas categorias.

mudança, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e para a criação de melhores condições de vida a nível local.

Milton Santos (Encontro, 2006, 40'29"), ressalta a importância da informação ser utilizada de forma diferente da utilizada pela mídia de massa: "A informação é um grande instrumento do processo de globalitarismo, de produção de novas formas totalitárias de vida, mas que manejada por pequenos grupos, de forma inteligente, produz exatamente o sentido oposto". As informações oferecidas pelos meios comunitários, ao se falar sobre o conteúdo, podem apresentar um discurso diferente dos meios tradicionais e, ao se levar em consideração os formatos utilizados, pode-se notar que a comunicação comunitária é um espaço de criatividade e inovações, já que não possuem a postura dos meios profissionais (CARPENTIER; LIE; SERVAES, 2008).

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) sempre foram fundamentais para esse processo e atualmente iniciativas de comunicação comunitária, que utilizam as mais diversas TICs disponíveis estão se espalhando por todo o país e ajudando nas denúncias de arbitrariedades, informando os moradores sobre os conflitos locais, sobre a cultura da comunidade e assuntos diversos do dia a dia. Essas iniciativas estão se intensificando principalmente pelas facilidades proporcionadas pelas mudanças tecnológicas e vêm provocando nos moradores dessas comunidades a noção de pertencimento e de possibilidade de mudança.

Nesse trabalho, são consideradas TICs o conjunto de ferramentas, produtos, aplicações e serviços utilizados para lidar, produzir, armazenar, processar, distribuir e trocar informações. É considerada a definição da United Nations Development Programme (UNDP, 2001) que divide as tecnologias de informação e comunicação em "velhas TICs" (rádio, televisão, telefone, entre outras) e "novas TICs" (computadores, satélites, tecnologias sem fio, Internet, entre outras), sendo que serão analisados os usos das tecnologias que estão mais acessíveis aos cidadãos, como o rádio, o impresso, a TV e a internet.

### **A utilização das TICs para a comunicação comunitária**

Historicamente, a comunicação comunitária sempre procurou utilizar as tecnologias disponíveis para se efetivar. Apesar dos obstáculos para o acesso a esses meios de transmissão de informações, é possível encontrar iniciativas que utilizam panfletos e materiais impressos, megafones, carros de som, rádio, internet e com menor intensidade as TVs comunitárias.

---

De acordo com Ramalho (2015), há algumas limitações no que se refere ao uso das velhas TICs para a comunicação comunitária, entre elas estão a autorização legal para o funcionamento, no caso das rádios comunitárias; os elevados custos, principalmente quando refere-se a equipamentos para as transmissões das rádios e TVs e para impressão em grande quantidade; e mão de obra com conhecimento técnico para operar essas tecnologias.

Surgidas no Brasil nos anos de 1970 e 1980, as rádios comunitárias são um serviço de radiodifusão em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts) e com cobertura restrita a um raio de 1km a partir da antena transmissora. Para ter acesso ao serviço de forma legal, com base na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, é preciso que ele seja prestado por associações e fundações sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviço. Quanto ao conteúdo, Santos (2012, p.114) diz que “as estações de rádio comunitárias devem ter uma programação pluralista, sem qualquer tipo de censura, e devem ser abertas à expressão de todos os habitantes da região atendida”. Peruzzo (2007) ainda acrescenta que uma rádio para ser comunitária precisa ter programação de interesse social e que esteja vinculada à realidade da comunidade, não pode ter fins lucrativos, deve contribuir para a ampliação da cidadania e para a democratização da informação, além de buscar a melhora da educação informal e cultural dos ouvintes.

Apesar de ser um dos meios de comunicação comunitário mais difundido no país, as rádios comunitárias ainda enfrentam problemas. Peruzzo (2005) diz que as rádios comunitárias possuem controvérsias que estão apresentadas em duas perspectivas: a primeira é que elas não são bem aceitas, principalmente pela classe dominante, e a segunda diz respeito ao entendimento do que é uma rádio comunitária, já que há pequenas emissoras que utilizam o termo comunitária sem realmente serem e muitas vezes essas estão ligadas a igrejas, partidos políticos ou interesses comerciais.

Outro ponto de discussão sobre as rádios comunitárias é a dificuldade da autorização para o funcionamento. De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (BRASIL, 2017), em 1 de outubro de 2013 o Brasil contava com 4.556 emissoras comunitárias licenciadas, porém o número de rádios que funcionam na ilegalidade tende a ser maior. Ainda, segundo Luz (2011), estima-se que 10% dessas rádios sejam de fato comunitárias, os outros 90% seriam rádios que conseguiram autorização devido a negociações políticas ou por terem sido ofertadas a

religiões aliadas do Estado. Isso faz com que emissoras comunitárias de qualidade operem fora da lei, esse pode ser um dos motivos do grande número de rádios comunitárias ilegais. De acordo com Peruzzo (2005), em 2005, existiam 15.770 rádios comunitárias funcionando sem autorização e, no período de 1998 a 2005, mais de 4.200 pedidos de autorização haviam sido negados. A autora alega que “o grande número de emissoras funcionando ilegalmente – a maioria com pedidos de autorização cadastrados - se justifica pelas distorções no processo de concessão oficial” (PERUZZO, 2005, p.4).

Em relação à Lei nº 9.612, Peruzzo (2005) diz que as principais reclamações são em relação ao alcance das emissoras, a não permissão dos serviços de publicidade, a municipalização das outorgas para funcionamento das rádios comunitárias e a descriminalizar os serviços de radiodifusão que estão com pedidos cadastrados.

Além das dificuldades para a autorização de funcionamento, as rádios comunitárias enfrentam um problema comum às iniciativas que utilizam outras velhas TICs, o valor dos equipamentos. Problema também existente quando falamos de materiais impressos em grande quantidade, como é o caso dos jornais comunitários. Esses, de acordo com Emke (2001, *apud* Abbott e Niebauer, 2000), possuem duas importantes funções: promover a publicidade para apoiar as empresas locais e fornecer informações comunitárias. Para cumprir essas funções, os impressos precisam estar alinhados às expectativas das comunidades e discutir temas de interesse local, ajudando assim na formação crítica da população. Entretanto, o custo para impressão acaba dificultando a opção por este meio.

Quanto à TV comunitária, são encontrados quatro cenários distintos no Brasil. As TVs comunitárias em UHF (Ultra High Frequency), as TVs comunitárias VHF (Very High Frequency), as TVs de rua e os canais comunitários da TV a cabo, que são garantidos legalmente pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995.

A TV de Rua, também conhecida como TV Livre, foi a iniciativa pioneira na área quando o assunto são as TVs comunitárias. De acordo com Peruzzo (2004b), é uma espécie de TV móvel, onde um meio de transporte leva um equipamento de transmissão de imagem. No início, era utilizado um aparelho de videocassete, um telão ou monitor de TV, aparelho de som e microfone para exibições itinerantes em locais públicos ou entidades sociais. Com propósito educativo, as TVs de Rua procuram viabilizar a participação da comunidade nos processos de produção e, de acordo com Souza (2013),

usam do humor e da música para tentar resgatar as identidades culturais e aumentar a autoestima de segmentos excluídos da população.

As TVs que utilizam o sistema UHF, diferentemente das TVs de Rua, não produzem seus próprios conteúdos, são uma espécie de “repetidoras não simultâneas” de televisões educativas (PERUZZO, 2004b). Apesar de serem chamadas de comunitárias, são TVs locais educativas, que possuem no máximo 15% da programação produzida localmente. Em muitos casos, essas TVs não atingem nem esse limite. Esse sistema de transmissão não exige concessão de uso, mas, sim, permissão de uso e é preferencialmente destinado a Prefeituras, Universidades e fundações (SOUZA, 2013).

No caso das TVs de baixa potência, com transmissão em VHF, na mesma frequência das TVs abertas como Rede Globo, SBT, Record e outras, as transmissões são realizadas de forma clandestina. Não há autorização para o funcionamento, portanto elas entram no ar ocasionalmente e cobrem um raio de cerca de 1,5km. Peruzzo (2004b, p.610) diz que “apesar dos riscos demandados pelas transmissões ilegais, tais experiências ousaram criticar o sistema televisivo vigente no país demonstrando possibilidades de uso social do mesmo”.

Na década de 1990, surge, de acordo com Peruzzo (2004b), a TV comunitária propriamente dita, viabilizada pela Lei nº 8.977, conhecida como Lei do Cabo, com transmissões realizadas de forma regular e podendo alcançar todo o território nacional por meio das TVs a cabo, sistema de transmissão das TVs por assinatura. A lei estabelece que as TVs a cabo são obrigadas a disponibilizar canais básicos de utilização gratuita. Porém, apenas a existência do canal não garante a existência dos canais comunitários, já que os equipamentos para a realização da programação e a contratação de pessoal capacitado ainda tem um custo elevado, sendo um grande empecilho para a existência desses canais. Para Moreira e Schmidt (2014), a TV Comunitária ainda tem um caminho a percorrer para que, enfim, cumpra sua função de oferecer conteúdo informativo, educacional, cultural e social.

A popularização da internet fez surgir uma alternativa para a comunicação comunitária com o uso das novas TICs, já que não há necessidade de autorização legal para serem utilizadas, os custos são baixos se comparados com as velhas TICs, e os serviços de conexão estão melhorando e barateando, assim como os equipamentos utilizados, como os computadores, notebooks e smartphones. Esses são, para Ramalho

(2015), fatores que colocam as novas TICs como ferramentas alternativas nesse processo.

Além de facilitar o acesso e a difusão da informação, a internet mudou as relações e possibilitou que as informações circulassem mais rapidamente, proporcionando a discussão e a propagação de ideias entre várias pessoas ao mesmo tempo. Como resultado, tem-se a possibilidade de que os cidadãos tenham a representatividade que não é oferecida pelos meios de comunicação de massa, que geralmente tratam de assuntos ligados às grandes capitais, deixando de lado temas de interesse local que surgem de necessidades práticas dos moradores. Ao utilizarem a internet como forma de divulgação, os movimentos populares conseguem sua independência da mídia tradicional. As iniciativas populares também contribuem para que uma nova fonte de informação seja criada, diminuindo a dependência das pessoas em relação aos meios tradicionais de informação (MORAES, 2001).

Um exemplo de como a internet pode ser utilizada para aumentar a possibilidade de fontes de informação disponíveis aos usuários é o Projeto Dissonante, um servidor livre e gratuito de rádio web que trabalha na criação de rádios de divulgação de temas transversais como saúde da mulher, esportes, tecnologias, inclusão digital e educação ambiental e que nasceu dentro do Projeto Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília. Do Projeto Dissonante, já surgiram iniciativas que promovem a comunicação livre e baseiam-se no entendimento da comunicação como um direito humano. Segundo Paulino *et al* (2011, p.63), “esses casos refletem a capacidade que a internet tem de contribuir com a articulação de grupos sociais e favorecer a construção colaborativa de ideias”.

O uso da internet, por meio da conectividade e inclusão que proporciona, tem potencial para causar grandes impactos nos princípios de identidade coletiva, comunidade e democracia por meio dos ciberativistas os quais, para Malini e Antoun (2013, p.24), “são sujeitos aparelhados e interfaceados (em *sites*, *blogs* e perfis em redes sociais, etc.) que buscam, fora do *modus operandi* dos veículos de massa, produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos”.

Para Melo (2002), embora a rede mundial de computadores tenha potencial interativo que pode ser explorado para melhorar a comunicação e a qualidade de vida das pessoas em comunidades locais, esse potencial, muitas vezes, não é suficientemente

explorado, mesmo por quem possui conhecimento sobre as novas TICs. Ramalho (2015) também fala sobre a dificuldade de exploração do potencial das novas tecnologias. Para ele, os novos usuários têm dificuldade de enxergar essas tecnologias para a busca de informações relevantes que possibilitem a transformação da realidade local e a solução dos problemas comunitários, ficando apenas na zona de conforto de consumidores de conteúdo midiático.

No caso de comunidades rurais, Pringle e David (2002) listam quatro elementos essenciais para o sucesso das TICs: a consciência de comunidade, as habilidades, o acesso público e um conteúdo local apropriado. A consciência de comunidade é importante para o processo de motivação dos membros locais ajudando na sensibilização para o acesso, no crescimento da capacidade por meio da formação básica, na busca por conteúdos localmente apropriados e no aumento da produção de conteúdos locais. Nesse contexto, também é importante que as habilidades dos moradores não sejam subestimadas, principalmente quando se trata de jovens. A infraestrutura pode ser um problema na realidade rural, uma vez que nem sempre há eletricidade, sinal de celular ou acesso à internet. Assim, o acesso público pode ser um quesito prejudicado, já que a instalação dessa infraestrutura tem, normalmente, um alto custo. Em relação ao conteúdo, é importante que ele possua linguagem adequada, que seja facilmente compreendida pelos moradores locais, e que os assuntos tratados sejam também de interesse desses.

A importância de conteúdos adequados não é exclusividade apenas das iniciativas da zona rural. Ramalho (2015) trata da dificuldade das iniciativas de comunicação comunitária produzirem conteúdos atraentes. O autor enfatiza a dificuldade das iniciativas de fazerem materiais com linguagem adequada e temas pertinentes. Sobre esse problema, Peruzzo (2004a, p.151) diz que

As limitações em relação ao conteúdo da comunicação popular escrita e de áudio são gritantes, tanto na linguagem quanto na variedade da programação ou dos materiais divulgados. No que diz respeito à primeira, ela é quase sempre dura e pesada. Talvez devido ao afã de “conscientizar” a qualquer custo e rapidamente, transmitem-se discursos abstratos, prepotentes, ou doutrinários. Além disso, os textos e as falas costumam ser demasiadamente longos.

Assim, é possível perceber que as TICs podem ser ferramentas do processo de comunicação comunitária, mas que seu uso e eficiência ainda dependem da forma de utilização dada a elas e da capacitação das pessoas para que possam tirar o melhor proveito das potencialidades de cada uma.



---

## **A comunicação comunitária como ferramenta para ampliação da cidadania**

A junção das tecnologias de informação e comunicação com as comunidades pode fortalecer as conexões e a interação social entre os moradores desses locais, provocando o aumento do capital social e, conseqüentemente, uma melhoria substancial da comunidade. Putnam (1993) diz que capital social refere-se a características da organização social, como as redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e cooperação para benefício mútuo. O autor ainda ressalta que localidades com forte engajamento cívico, onde os moradores participam das eleições, se mantêm informados e participam das atividades locais são regiões mais bem sucedidas. Essas também são características fundamentais para que haja a consolidação da cidadania em uma comunidade.

Cademartori (2007) diz que o conceito de cidadania varia no tempo e no espaço e cita Thomas Humphrey Marshall (1967), para dizer que o conceito de cidadania pode ser dividido em três partes: a civil, a política e a social. Sendo a dimensão civil ligada às liberdades individuais, incluindo aqui a liberdade de imprensa, a dimensão política está relacionada ao direito das pessoas de participarem do exercício do poder, seja como eleitor ou como integrante do organismo político, já a dimensão social corresponde aos direitos mínimos de bem estar, segurança, estabilidade econômica, além do direito de ter uma vida de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Com base nesses três aspectos citados por Cademartori (2007) como partes da cidadania é possível pensar em como a comunicação comunitária pode contribuir para o fortalecimento dos elementos sociais, políticos e civis de uma comunidade.

Iniciativas de comunicação comunitária que oferecem espaço para que os membros da comunidade participem da formulação das pautas e exponham seus pontos de vista, além de oferecerem conteúdos que informem os cidadãos sobre seus direitos e deveres, fomentando as liberdades individuais está contribuindo para o exercício da dimensão civil da cidadania. Ao debater política e levar para a comunidade informações sobre a importância da participação da sociedade nas mudanças que são esperadas, a comunicação comunitária contribui para a formação da dimensão política da cidadania. E ao discutir as condições de vida na comunidade, incluindo temas como segurança, bem estar coletivo, lazer, emprego, entre outros que influenciam diretamente a qualidade de vida do cidadão, as mídias comunitárias estão fortalecendo a dimensão social da cidadania.

---

Dessa forma, o meio de comunicação comunitário tem a possibilidade de facilitar a ampliação da cidadania, já que possibilitam que as pessoas tornem-se sujeitos das atividades de ação comunitária e permitem que essas pessoas participem diretamente do planejamento, produção e gestão dos mesmos. Os conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação comunitários também podem contribuir com o fortalecimento da cidadania, uma vez que podem facilitar a compreensão das relações sociais, da estrutura do poder, dos assuntos públicos do país, além de poderem esclarecer sobre os direitos das pessoas e discutir os problemas locais (PERUZZO, 2002).

Gumucio-Dagron (2011) lista cinco características para que a comunicação possa ser utilizada para contribuir com a mudança social e o desenvolvimento, são elas: participação comunitária e apropriação; língua e pertinência cultural; geração de conteúdos locais; uso de tecnologias apropriadas; convergências e redes. O autor afirma que sobram experiências de comunicação que fracassam devido à falta de comprometimento dos atores sociais e que apenas o acesso à tecnologia não garante que essas iniciativas tenham sucesso. A respeito da língua e da pertinência cultural, Gumucio-Dagron (2011) ressalta que é necessário que os meios de comunicação que pretendem provocar mudanças sociais levem em consideração às particularidades culturais e linguísticas de cada local. Para o autor, os conteúdos desses meios devem ser próprios e a arrogância deve ser deixada de lado para que seja possível promover a troca de conhecimentos em condições equitativas. Em relação ao uso das tecnologias, Gumucio-Dagron (2011) alega que elas devem ser utilizadas de acordo com as necessidades de cada processo comunicacional, sendo assim as tecnologias não devem ser mistificadas e encaradas como soluções, mas como instrumentos. Ao colocar a convergência e as redes como característica para uma comunicação que busca o desenvolvimento, Gumucio-Dagron (2011) se refere ao diálogo que as iniciativas devem ter com experiências semelhantes, sejam em escala local, regional ou global. O autor esclarece que experiências isoladas são menos propensas a crescerem e a serem sustentáveis, sendo assim a rede ajuda na consolidação das iniciativas que se tornam mais ricas com as trocas.

No caso de iniciativas de informática comunitárias sustentáveis, Simpson (2005) explica que elas estão intimamente ligadas ao capital social. Essas iniciativas têm potencial para proporcionar novas oportunidades à comunicação, expondo a

comunidade a mais informações, ideias e perspectivas, que fortalecem o sentido de comunidade e constroem capital social (SIMPSON, 2005). A visão de Simpson (2005) pode ser expandida para iniciativas que utilizem as TICs de maneira a cumprir os papéis da comunicação comunitária. No Brasil, pode-se citar o exemplo do Telecentro Comunitário do distrito de Arrozal, que faz parte do Projeto Piraí Wireless. Este Telecentro se tornou uma ferramenta de articulação e, de acordo com Saldanha (2011), os líderes locais têm consciência de como a introdução dos computadores potencializou o sentimento de comunidade nos moradores. Esse sentimento já existia no local, que tem a escola como sede da comunidade, e nela são realizados eventos como festas de casamento e aniversário e, além disso, o Telecentro e a rádio comunitária também ficam nas suas dependências. Para Saldanha (2011), o acesso dos membros de uma comunidade a fatos e dados diferenciados dos que são veiculados pela grande mídia faz com que esses moradores possam refletir sobre as informações que recebem.

Todavia, as TICs não podem ser consideradas a única saída para a organização, mobilização e informação de uma comunidade, como já foi dito anteriormente. López *et al* (2011) ressaltam que as TICs somente serão verdadeiros instrumentos para o desenvolvimento quando houver políticas que assegurem a igualdade de oportunidades. Até que isso ocorra, elas fomentarão o desenvolvimento de uma parcela da população enquanto marginalizam a parcela que não possui condições privilegiadas. Para os autores, as tecnologias podem até mesmo serem consideradas novos fatores de desigualdade social, visto que aumentam o *gap* entre as pessoas que a utilizam e as que não utilizam, o que, para López *et al* (2011), pode criar o que chamam de analfabetismo tecnológico. A pessoa analfabeta tecnologicamente está fora dessa nova rede de comunicação, não tem oportunidade de crescimento e, provavelmente, será marginalizada na sociedade da informação.

### **Considerações finais**

São muitas as oportunidades que as TICs proporcionam para os meios de comunicação comunitários. Se as tecnologias forem utilizadas de maneira consciente, levando em consideração os membros da comunidade em que as iniciativas comunitárias estão inseridas, a infraestrutura disponível no local, os custos, a variedade e qualidade do conteúdo que será produzido e a competência técnica dos responsáveis, elas podem ser importantes aliadas para a valorização da educação, da cultura e do senso de cidadania no local. Porém, mesmo com todos os benefícios que as tecnologias

podem proporcionar, elas não podem ser encaradas como a única saída para o empoderamento local, as TICs são apenas ferramentas, que dependem da utilização dada pelos atores sociais para, assim, conseguirem contribuir para o desenvolvimento.

Um exemplo de tecnologia que apesar de proporcionar muitas oportunidades às comunidades é também utilizada de forma distorcida por alguns é a rádio comunitária, que é também um instrumento político para manutenção de relações de poder, uma vez que autorizações de funcionamento são concedidas a igrejas, partidos políticos e instituições com interesses comerciais, e iniciativas com propostas realmente comunitárias enfrentam a burocracia e as longas esperas para a autorização, que muitas vezes não chega. A internet também apresenta problemas de utilização, mas esses estão mais relacionados ao fato de os atores sociais não conseguirem compreender como ela pode ser utilizada para a comunicação comunitária, uma vez que apesar do uso diário da internet para fins pessoais, os atores sociais ainda possuem dificuldade de enxergarem essa tecnologia em um meio de representação comunitário.

Além dos problemas relacionados ao uso dado às tecnologias, as velhas TICs possuem outras limitações, principalmente relacionadas aos custos dos equipamentos, à capacitação da mão de obra para a operação dos mesmos e às autorizações legais para funcionamento.

Dessa forma, é preciso de cada comunidade tenha seus próprios meios de representação popular, que levem em consideração as particularidades locais. Assim é possível que uma iniciativa de comunicação comunitária consiga atingir seus objetivos e proporcione a ampliação das três dimensões da cidadania de forma equilibrada e sustentável.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Rádiodifusão Comunitária**. Disponível em: <http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria/numero-de-emissoras-comunitarias-no-pais>. Acesso em 21 jun 2017.

CADEMARTORI, D. M. L de. O processo histórico de ampliação da cidadania. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.2, n.2, 2º quadrimestre de 2007. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em 27 jun 2017.

CARPENTIR, N.; LIE, R.; SERVAES, J. Making Community Media Work: Community Media Identities and Their Articulation in an Antwerp Neighbourhood Development Project. In: **Communication for development and social change**.

---

France: Sage Publications, 2008.

DELIBERADOR, L. M. Y.; VIEIRA, A. C. R. **Comunicação e educação para a cidadania em uma Cooperativa de Assentamento do MST**. Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM e realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de 5 a 9 de setembro 2005.

EMKE, I. Community Newspapers and Community Identity. In: **Canadian Sociology and Anthropology Association annual meetings**, Québec City, QC, May 2001.

**ENCONTRO com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá**. Direção: Sílvio Tendler. Produção: Caliban Produções Cinematográficas. Rio de Janeiro, 2006. 89 min. DVD.

GUMUCIO-DAGRON, A. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo Participativo. **Signo y Pensamiento 58** · Eje Temático | pp 26-39 · volumen XXX · enero - junio 2011.

LÓPEZ, B. C. et al. **Enrédete. Tecnologías Comunitarias. Réplica de un proyecto sobre apropiación de las TIC en sectores marginados**. In: PERUZZO, C. M. K.; TUFTE, T.; CASANOVA, J. V. (eds). Trazos de una otra Comunicación en América Latina: practicas comunitárias, teorías y demandas sociales. ALAIC y Ediciones Uninorte, Barranquilla, Colombia. 2011.

LUZ, D. **A saga das rádios comunitárias no Brasil**. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Alternativa. VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2011.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013

MELO, L. M. de. Novas tecnologias e comunicação comunitária. In: **Lumina**, Juiz de Fora, Facom/UFJF, v. 5, n. 1, jan./jun. 2002.

MORAES, D. **O Ativismo Digital**. 2001. Disponível em:  
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em 01 de maio de 2016.

MOREIRA, H.; SCHMIDT, C. A TV Comunitária e Suas Relações Com a Qualidade De Vida Regional. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, Ano 18, n.18, jan/dez. 2014.

PAULINO, F. O. et al. **Projeto Dissonante: Comunicação Comunitária pela internet**. In: PERUZZO, C. M. K.; TUFTE, T.; CASANOVA, J. V. (eds). Trazos de una otra Comunicación en América Latina: practicas comunitárias, teorías y demandas sociales. ALAIC y Ediciones Uninorte, Barranquilla, Colombia. 2011.

PERUZZO, C. M. K. Rádio Comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: PAIVA, R. (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Brasília: 2006. INTERCOM/UnB - Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, 2006.

\_\_\_\_\_. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. In: Seminário Mapa da Mídia Cidadã, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. São Paulo: Vozes, 2004a.

\_\_\_\_\_. TV Comunitária no Brasil: histórico e participação popular na gestão e programação. In: PERUZZO, C. M. K (org.). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004b.

\_\_\_\_\_. Comunicação comunitária e educação para cidadania. In: **PCLA**, Volume 4, número 1: outubro / novembro / dezembro, 2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>. Acesso em: 28 jun 2017.

PRINGLE, I; DAVID, M.J.R. Rural Community ICT Applications: The Kothmale model. In: **The Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries**. 2002.

PUTNAM, R. D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. **The American Prospect [Internet]**. 1993.

RAMALHO, L.F. Comunicação Comunitária, Internet e Novas Tecnologias: Um Caminho Possível. In: **X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã**, Bauru, SP, Unesp, 2015. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2015/anais/DT4/DT4-2.pdf>. Acesso em: 28 out 2016.

SALDANHA, P. G. **Pirai Wireless: uma experiência de Comunicação Comunitária via digital**. In: PERUZZO, C. M. K.; TUFTE, T.; CASANOVA, J. V. (eds). Trazos de una otra Comunicación en América Latina: practicas comunitárias, teorías y demandas sociales. ALAIC y Ediciones Uninorte, Barranquilla, Colombia. 2011.

SANTOS, R. R. de O. Rádios comunitárias do surgimento aos dias atuais: uma nova realidade. In: **Comunicação & Mercado/UNIGRAN** - Dourados - MS, vol. 01, n. 03, 2012.

SIMPSON, L. Community Informatics and Sustainability: Why Social Capital Matters. **The Journal of Community Informatics**, Vol. 1. 2005.

SOUZA, D. A. Os Canais Comunitários na Lógica de Mercado da TV a Cabo no Brasil. In: **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, nº3, 2013.

---

UNDP Evaluation Office, Information Communications Technology for Development.  
**UNDP Essentials:** Synthesis of Lessons Learned. New York, 2001.